

## DEMOLINDO PRECONCEITOS

### *AS FALÁCIAS DO BANCO MUNDIAL NO ATAQUE À PREVIDÊNCIA*

—

Sob o título de “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”, o Banco Mundial produziu um extenso relatório vazado em pura ideologia privatizante, voltado para reduzir o espaço do setor público no Brasil e ampliar o do setor privado, notadamente na área previdenciária. Baseado em dados ambíguos, em geral conduzindo a conclusões falsas, o relatório reflete as concepções ideológicas de um de seus principais proponentes, o diretor brasileiro no Banco, Joaquim Levy, o mesmo que abriu caminho para a tragédia econômica brasileira como ministro da Fazenda no início do segundo mandato de Dilma.

Submetido à análise crítica de quatro destacados economistas independentes, Luiz Gonzaga Belluzzo, Márcio Pochmann, Reginaldo Moraes e José Carlos de Assis, o relatório se revelou inconsistente com os propósitos de retomada do desenvolvimento da economia brasileira, centrando-se exclusivamente numa política fiscal restritiva. Como tem sido recorrente nas posições doutrinárias do Banco Mundial e de seu co-irmão neoliberal, o Fundo Monetário Internacional, estamos diante de mais uma explícita manipulação ideológica para empurrar goela abaixo da sociedade brasileira a reforma previdenciária imposta pelo Governo Temer, e cuja consequência inexorável seria ferir de morte, mais do que já se feriu, a dinâmica da economia.

Fazendo menção ao “gasto público” em geral, o foco do relatório é explicitamente o sistema previdenciário, ao qual são direcionados os principais cortes recomendados para atingir 7% do PIB. Daí em diante a economia se estabilizaria. Naturalmente, a divulgação no momento em que o Governo se esforça por empurrar no Congresso a

pretendida reforma não é coincidência. Nem é coincidência que pessoas como Joaquim Levy, notório neoliberal (além de outros economistas signatários), esteja, como diretor do Banco, em posição de influenciar a filosofia e as conclusões do relatório de trás para diante.

As diferentes abordagens apresentadas nos textos dos quatro economistas convergem num ponto: a rejeição da maior parte da reforma previdenciária proposta por seu caráter iníquo. Ou, como diz o economista Márcio Pochmann: “Levada à realidade, a proposição neoliberal do Banco Mundial tanto aprofundará a desigualdade brasileira como desconstruirá a dinâmica da economia social inaugurada pela Constituição de 1988. Se considerado ainda o processo de flexibilização trabalhista aprovado recentemente, o próprio emprego público sofrerá enorme desmonte, concomitante com a desconstituição das bases iniciais do Estado de bem estar social.”

Numa área específica, a educação, o Banco Mundial excede em recomendações espúrias. Com o recorrente mantra da busca da eficiência, e um ataque direto às exigências orçamentárias mínimas para o financiamento do ensino primário e médio, na realidade procura abrir caminho para a total privatização do setor. Curiosamente, ignora inclusive dados específicos de democratização do ensino superior nos últimos anos, que revelam claramente uma tendência à democratização, e mantém a afirmação ideológica de que apenas os ricos tem acesso à universidade pública, a qual, por conseqüência, deveria ser paga pelas famílias.

Qual a relevância do estudo do Banco Mundial para a formulação de nossas políticas públicas?, questiona o economista Reginaldo Moraes. Francamente nenhuma, acrescenta. “A não ser para funcionar como um carimbo de “autoridade científica” badalada por uma imprensa subalterna e desmiolada. Qualquer bula papal de antanho, calcada em ortodoxia auto-demonstrada, tem mais

consistência do que esses “estudos”. Como as bulas papais e as sentenças dos juízes, esses papéis do Banco Mundial vêm rotulados como a voz da verdade – daí sua relevância para a propaganda. De fato, porém, não são mais do que a voz dos donos.”

O artigo que se segue, de José Carlos de Assis, trata menos das manipulações explícitas do estudo do Banco Mundial no que se refere a recomendações de cortes de despesas públicas e mais naquilo que se refere a sua mais descarada omissão, a saber, o peso extraordinário da conta de juros sobre a dívida pública no orçamento público (cerca de metade). O relatório passa brevemente por cima desse tema, a despeito do fato de que estamos diante do maior sorvedouro de recursos no setor público brasileiro, superior nos dois últimos anos a todas as despesas da Seguridade Social.

Apenas essa omissão serviria para desqualificar tecnicamente o relatório do Banco Mundial. A conta de juros, de 5 a 6% do PIB, é justamente o que propõe o Banco em termos de cortes nas despesas governamentais, 7% do PIB, inclusive dos entes sub-nacionais. Especificamente nesse caso, o relatório omite também que a crise previdenciária dos Estados, onde existe, se deve essencialmente à dívida junto ao Governo Federal imposta indevidamente aos entes federados desde 1997 por orientação do Fundo Monetário Internacional.

Finalmente, o economista Luiz Gonzaga Belluzzo examina o relatório do Banco Mundial no contexto ideológico das ascensão e queda do neoliberalismo. O que está se vendo é uma recorrência retardada de um discurso que fracassou de forma absoluta nos últimos anos, seja do ponto de vista da própria ideologia, seja do ponto de vista histórico. Agora não são apenas os oponentes do

neoliberalismo que apontam suas inconsistências teóricas e práticas, mas também antigos proponentes dessa doutrina - seria muito falar em teoria -, como se vê num recente ensaio de Olivier Blanchard, ex-economista chefe do FMI, e Lawrence Summers, ex-secretário do Tesouro dos EUA (Rethinking Stabilization Policy. Back to the Future, ou seja, Repensando a Política de Estabilização. De volta ao futuro), campeões arrependidos do neoliberalismo.

O estudo dos economistas merece uma reflexão no momento em que se discute a reforma previdenciária. Espera-se que o leitor nele encontrará informações suficientes para tirar conclusões equilibradas sobre a reforma. É importante notar que Previdência se distingue de Seguridade Social, o conceito consagrado na Constituição de 88. Esta é diferente do conceito estrito de Previdência, que é financiada por trabalhadores e patrões. Isso é propositadamente confundido pelos neoliberais com assistência e previdência pública, financiadas, como manda a Constituição, por outras fontes, inclusive o Tesouro. Com base nos argumentos rigorosos dos autores da crítica, a reforma proposta pelo Governo Temer não se justifica, mesmo que tenha alguns poucos pontos defensáveis, como a necessidade de acabar com os privilégios dos ricos, pelos quais o relatório passa rápido por ameaçar interesse.

A nosso ver, questões mais fundamentais como a política financeira (juros básicos sobre a dívida pública), a política tributária (tributar mais os mais ricos) e a questão financeira dos Estados federados, que estão sendo expropriados pela União, deveriam ser resolvidas antes daquilo que chamam de reforma previdenciária.

O ponto crucial, contudo, é a política financeira. O Governo Temer está na trilha de um círculo vicioso que empurra ou mantém nas nuvens as taxas de juros reais

promovendo a maior avalanche de transferência de renda e de concentração de poder econômico do mundo. Atualmente, a conta de juros sobre a dívida pública, que não tem qualquer função de financiamento da economia, beira meio trilhão de reais. Disso, contudo, não há uma única palavra no relatório do Banco Mundial.

Quando se toca nesse assunto, os neoliberais ortodoxos correm para o argumento segundo o qual a taxa de juros é uma imposição do mercado por causa do alto estoque da dívida pública e da inflação. Isso é falso. Se a razão dos juros altos é a inflação, a queda recente da inflação deveria ter determinado a queda dos juros reais, que não aconteceu. Por outro lado, se temos inflação alta é porque não temos instrumentos de acompanhamento e controle de preços, algo que existe inclusive em alguns países desenvolvidos. De qualquer modo, com ou sem inflação, seu combate eficaz não pode ser deixado exclusivamente à taxa de juros.

Na verdade, se a política monetária brasileira não fosse comandada inteiramente pelos bancos privados, o que houvesse de inflação poderia ser combatido do lado da oferta, ou seja, pela expansão monetária, sobretudo em épocas de forte recessão como agora, que levaria justamente à redução da taxa de inflação, da taxa de juros e de seu impacto na dívida pública. Claro, uma recomendação como essa jamais viria do Banco Mundial. Ele prefere ignorar o problema dos juros, a despeito do seu enorme impacto na dívida pública e na estabilidade monetária da economia, a ferir os interesses estabelecidos da banca e dos amigos de Joaquim Levy, através do qual o relatório foi encomendado.

## **GASTO PÚBLICO, JUSTIÇA TRIBUTÁRIA**

## **E DESIGUALDADE NO BRASIL**

*Marcio Pochmann*<sup>1</sup>

Para um país tão desigual, o Estado brasileiro exerce papel extremamente paradoxal. Aos segmentos enriquecidos da população, por exemplo, o Estado se apresenta tímido na arrecadação e excessivo no gasto, enquanto aos pobres, ele se mostra excessivo na arrecadação e tímido no gasto.

Com base nessa constatação que o acordo político concretizado pela Constituição Federal de 1988 apontou para a necessidade de construção das bases do Estado de bem estar social. Ainda que distante de sua plenitude, com enorme regressividade arrecadatória, o Estado avançou positivamente na maior progressividade do gasto público, sobretudo no social, mais voltado à base da pirâmide social brasileira.

O resultado constatado, especialmente nesse começo do século XXI, tem sido a construção de uma nova dinâmica de crescimento apoiada na economia social, que responde por quase a metade da razão da expansão econômica no país. Desde a recessão atual, a mais grave do desenvolvimento capitalista no Brasil, o mantra de que as demandas dos pobres não cabem mais no orçamento público passou a predominar no conjunto de interesses das forças políticas e econômicas que sustentam o governo Temer.

O curso das recentes reformas implantadas que excluem a base da pirâmide social do orçamento público ganhou o explícito apoio do Banco Mundial com a recente divulgação do documento: “Um ajuste justo: análise da eficiência e equidade do gasto público no Brasil”. A simples leitura da referida publicação permite constatar o que parece ser uma espécie de propaganda enganosa, uma vez que o seu conteúdo termina justamente por negar o próprio título<sup>2</sup>.

---

<sup>1</sup> Professor do Instituto de Economia e pesquisador do Centro de Estudos Sindicais e de Economia do Trabalho, ambos da Universidade Estadual de Campinas.

Conforme se poderá perceber a seguir, a distorção no gasto público ocorre inversamente ao dimensionado pelo documento do Banco Mundial. Também a problemática da regressividade arrecadatória termina sendo minimamente presente na publicação do Banco Mundial.

Levada à realidade, a proposição neoliberal do Banco Mundial tanto aprofundará a desigualdade brasileira como desconstruirá a dinâmica da economia social inaugurada pela Constituição de 1988. Se considerada ainda o processo de flexibilização trabalhista aprovado recentemente, o próprio emprego público sofrerá enorme desmonte, concomitante com a desconstituição das bases iniciais do Estado de bem estar social. Sobre isso, a sequência das partes busca tratar.

## **1. Gasto público e desigualdade**

A tese do Estado abusivamente arrecadador e excessivamente gastador não passa de uma ilusão inventada pelos inimigos do poder público no Brasil. Ao se considerar, por exemplo, as últimas quatro décadas, constata-se o avanço inegável da contradição entre a evolução da receita tributária bruta e líquida do Estado brasileiro.

A receita tributária bruta (RTB) representa a soma dos impostos taxas e contribuições arrecadadas pelo Estado, ao passo que a receita tributária líquida (RTL) resulta do total arrecadado descontado das transferências públicas correspondentes aos subsídios, assistência e previdência social e juros da dívida pública. A receita tributária líquida revela o que de fato os governos possuem para financiar o conjunto das políticas públicas.

*Tabela 01: Brasil - evolução das transferências e da carga tributária bruta e líquida (em % do Produto Interno Bruto)*

<b>Anos</b>	<b>Receita Tributária Bruta (A)</b>	<b>Transferências (B)</b>	<b>Receita Tributária Líquida (C=A-</b>
-------------	---	-------------------------------	---

---

2 O engajamento de políticos em defesa das teses neoliberais cada vez mais parece se travestir técnicos aparentemente comprometidos com a verdade. Ledo engano, conforme analisam BOLTANSKI, L. ; FRASER, N.(2014) *Domination et émancipation: pour une renouveau de la critique sociale*. PUL e CROUCH, C. (2000) *Coping with post Democracy*. Paperback.

			<b>B)</b>
1975	25,2	10,1	15,1
1995	30,6	17,7	12,9
2015	32,7	24,8	7,9

Fonte: Ibge, Banco central e SRF/MF (elaboração própria)

Entre 1975 e 2015, por exemplo, a RTB em percentual do Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 29,8%, enquanto a RTL em percentual do PIB decresceu 47,7%. A razão deste paradoxo pode ser revelada pelas transferências públicas que em relação ao PIB foram multiplicadas por 2,4 vezes no mesmo período de tempo.

Sobre as transferências públicas, registra-se o crescimento acelerado do pagamento dos juros em relação à evolução dos compromissos com a assistência e previdência social. No ano de 2015, por exemplo, os juros representaram 49,4% do comprometimento com a assistência e previdência social, enquanto em 1975 a relação era de 9,7%. Em 1995, o pagamento de juros da dívida pública equivalia a 34,6%.

*Gráfico 01: Comparação Internacional da receita tributária bruta em percentual do PIB e desigualdade\**

Fonte: FMI, Eurostat, Ocde, Ibge, STF/MF (elaboração própria) \*relação entre a participação nos rendimentos dos 10% maior ricos e a dos 10% mais pobres

Assim, percebe-se que o principal motivo da contradição entre o aumento da RTB e a diminuição da TBL encontra-se na elevação das transferências públicas. Isso porque o pagamento com juros da dívida pública foi multiplicado por 12,6 vezes em relação ao PIB no período de 1975 e 2015 ante a elevação dos compromissos com a assistência e previdência multiplicada por 2,5 vezes.

Apesar disso, constata-se que concomitante com a elevação da RTB, o grau de desigualdade medido pelo índice de Gini reduziu-se no tempo. No ano de 1975,



quando a RTB era de 25,2% do PIB, o Gini foi estimado em 58,7, passando para 57,3 em relação à RTB de 30,6% do produto e, em 2015, o Gini decaiu para 49,4 com a RTB de 32,7% do PIB.

Em relação à experiência internacional, percebe-se a correlação positiva entre maior receita tributária e a menor desigualdade na distribuição dos rendimentos. O contrário também pode ser observado diante da menor receita tributária e a maior desigualdade de renda.

## **2. Arrecadação pública e injustiça tributária**

O aumento da RTB no Brasil encontra-se sustentado ao longo do tempo na regressividade de sua arrecadação pelo Estado brasileiro. Simplesmente porque são os tributos indiretos que mais crescem, enquanto nem sempre se constata a elevação dos tributos diretos.

Dessa forma, a base da pirâmide social é a mais atingida pela elevação da RTB, enquanto os segmentos enriquecidos terminaram sendo ainda mais privilegiados pela ausência de uma efetiva tributação progressiva. No ano de 2012, por exemplo, o segmento etário de 15 anos e mais de idade e com rendimento de até 2 salários mínimos mensais que respondeu por 68% da população brasileira, detinha menos de 1/3 do total dos rendimentos, mas contribuía com 42,1% do total da arrecadação da RTB no Brasil.

*Gráfico 02: Brasil – distribuição da população de 15 anos e mais com rendimento, do rendimento e da carga tributária bruta em 2012*

Fonte: Ibge, SRF/MF (elaboração própria)

Para o mesmo ano, o segmento etário de 15 anos e mais e com rendimento acima de 20 salários mínimos mensais representou 0,7% da população, participando com 10,8% do total dos rendimentos do país e contribuindo com 8,4% do total da arrecadação da RTB. De toda a população brasileira, somente o segmento que recebia até 5 salários mínimos mensais contribuía proporcionalmente mais com a arrecadação da RTB do que a participação relativa no total dos rendimentos.

Por força disso, a carga do tempo de trabalho comprometida com o pagamento da arrecadação da RTB se apresenta extremamente desigual entre brasileiros ricos e pobres. Enquanto o segmento que recebe até 2 salários mínimos mensais transfere o equivalente a 197 dias de trabalho para a arrecadação da RTB, o estrato social com rendimento acima de 20 salários mínimos mensais compromete 106 dias de trabalho. Ou seja, 46,2% a menos de tempo de trabalho para pagar tributos do que os mais pobres em todo o país.

*Gráfico 03: Brasil - número de dias trabalhados para o pagamento da Receita Tributária Bruta em 2012.*

Fonte: Ibge, SRF/MF (elaboração própria)

Ademais de contribuir proporcionalmente menos para a arrecadação da RTB, os segmentos enriquecidos são beneficiados por significativas isenções fiscais. Na declaração do Imposto de Renda (IR), que se trata justamente de um tributo direto, percebem-se os benefícios que os segmentos mais ricos recebem do Estado brasileiro.

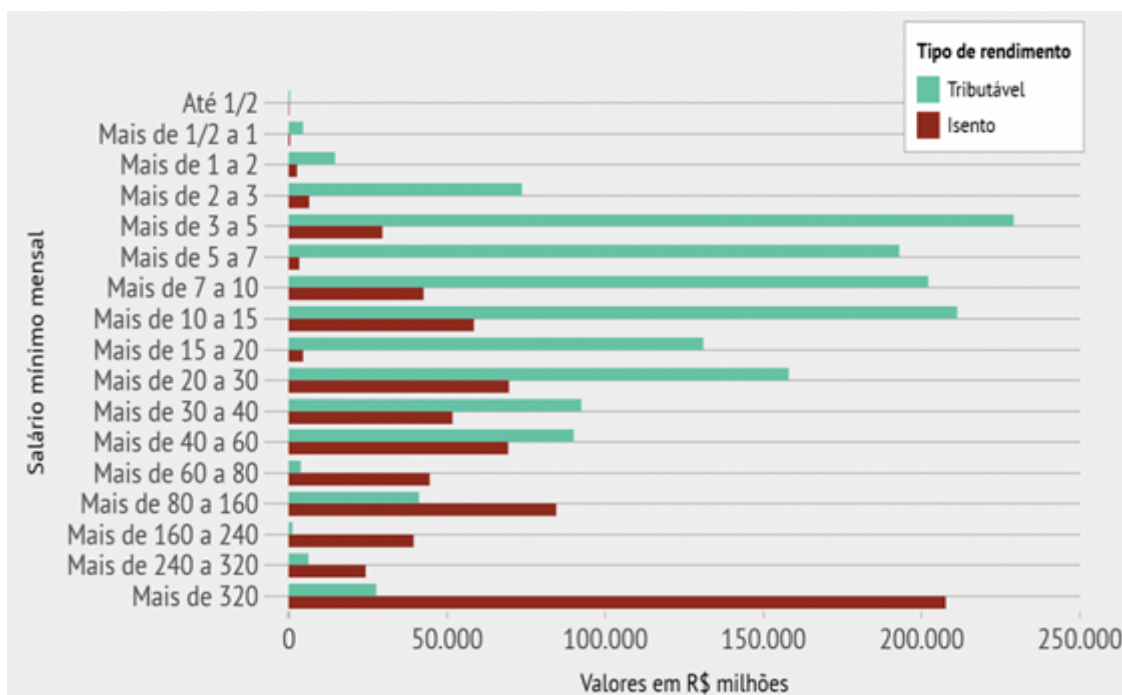
Enquanto cabe à arrecadação da RTL financiar gastos como a educação, a saúde, a assistência social, entre outros, para o conjunto dos brasileiros, o segmento mais enriquecido do país se beneficia das isenções possíveis nas declarações do IR para pagamentos efetivados com gastos privados com a educação, saúde, previdência e assistência social.

*Gráfico 04: Brasil - peso do gasto público na previdência, assistência social, educação e saúde e o custo das isenções tributárias aos mesmos gastos realizados privadamente (em % do PIB)*

Fonte: Ibge, SRF/MF (elaboração própria)

O beneplácito do Estado em relação aos segmentos enriquecidos chega ao ponto de permitir que sejam abatidas do IR, as despesas privadas realizadas no pagamento do trabalho doméstico. Nada mais contemporâneo da sociedade do século XIX.

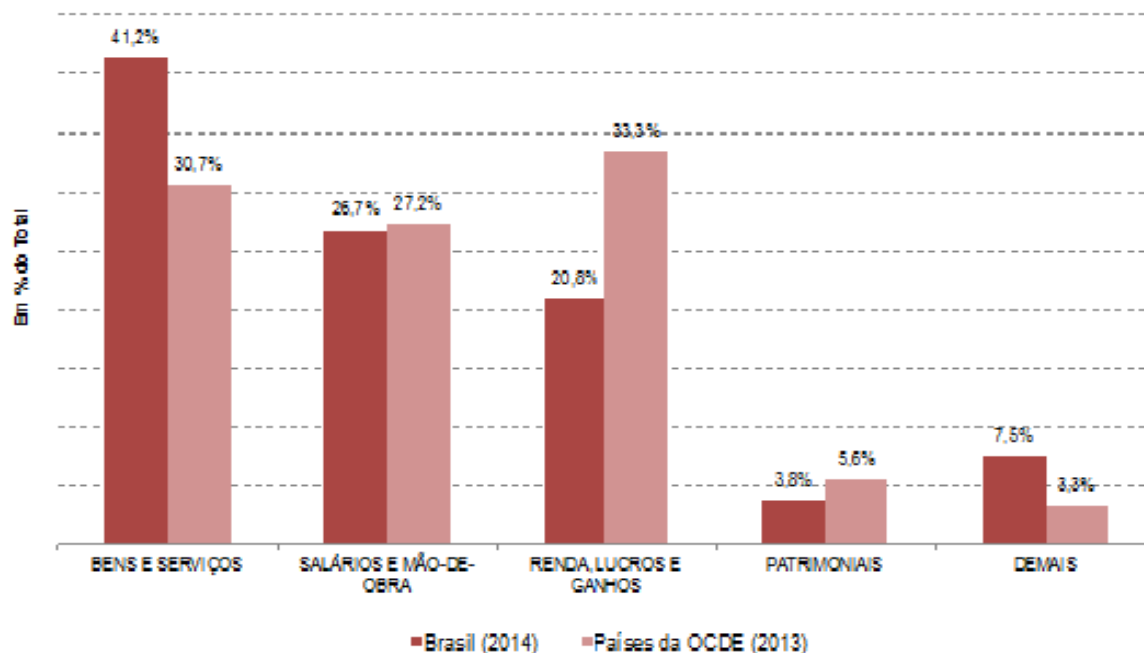
*Gráfico 05: Brasil - valores tributáveis e isentos da distribuição dos rendimentos pelo Imposto de Renda em 2015*



Fonte: SRF/ MF (Lima, 2017, p.3)

Em síntese, os maiores rendimentos no Brasil seguem esplendidamente beneficiados por isenções tributárias.

*Gráfico 06: Distribuição dos componentes das bases tributárias na arrecadação da receita tributária bruta no Brasil (2013) e na OCDE (2014)*



Fonte: Ibge, STN e SRF/MF, Oede (In: Affonso ; Castro, 2015, p. 17)

Para, além disso, percebe-se que a incidência tributária no conjunto dos componentes da arrecadação da RTB destoa da experiência do conjunto dos países da OCDE. Enquanto no Brasil, as maiores partes da arrecadação provem da tributação sobre bens e serviços (41,2%), na OCDE resulta da tributação sobre a renda e lucros (33,3%).

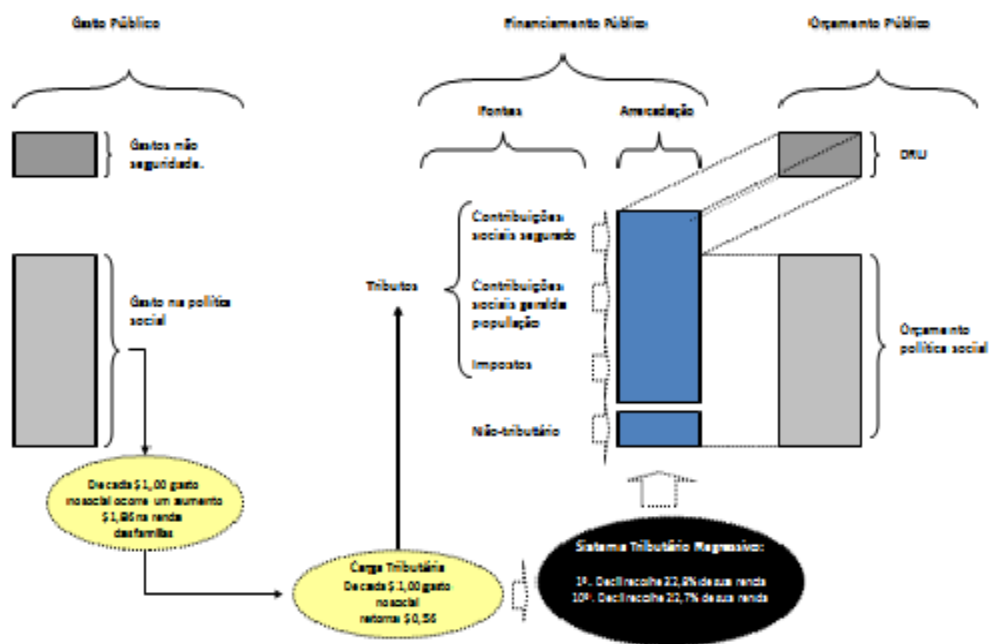
### **3. Desconstituição da economia social**

No ano de 2014, por exemplo, o gasto social correspondeu a quase  $\frac{1}{4}$  do PIB brasileiro, o que se aproxima da experiência dos países de capitalismo avançado constitutivos do Estado de bem estar social. Se considerar o efeito multiplicativo do gasto social sobre a economia brasileira, constata-se que cerca da metade da dinâmica de expansão da produção depende da economia social.

Essa modificação substancial na dinâmica da economia nacional introduzida pela Constituição federal de 1988 é que terminou possibilitando o país ingressar na modernidade do século XX. O circuito da economia social encontra-se constituído pela importância do conjunto da política social lenta e gradualmente instalada desde a Constituição Federal de 1988.

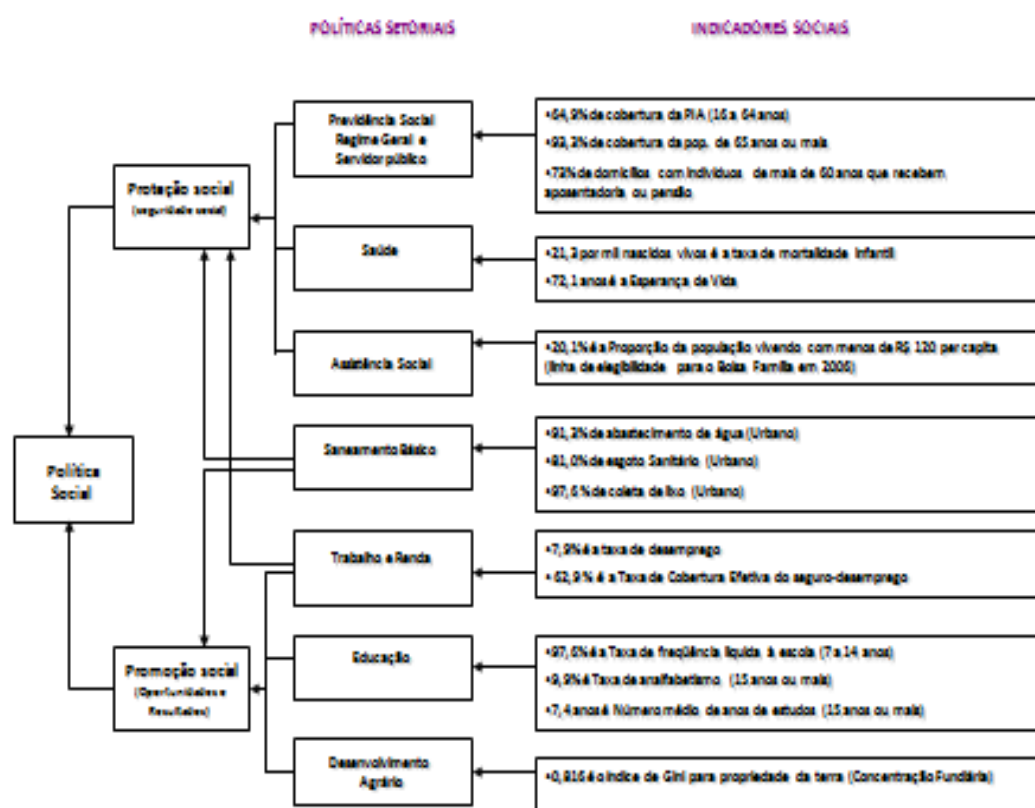
A sua elevada complexidade e grandiosidade, praticamente escondida pelas críticas neoliberais, consagra significativa eficiência da capacidade estatal de intervenção na sociedade. O inédito resultado alcançado em termos de melhora considerável no desenvolvimento humano tem sido realizado no Brasil com a cadente receita tributária líquida.

Fluxograma 01: Brasil - circuito da economia social no Brasil



Fonte: Castro, 2014.

Fluxograma 02: Brasil - estrutura do Estado de bem estar



Fonte: Castro, 2014.

Com os avanços do Estado de bem estar social, o Brasil começou a colher resultados econômicos e sociais consideráveis. Exemplos disso ocorrem em diversas áreas. Destaca-se o enfrentamento da pobreza entre os idosos, consagrado pela previdência e assistência social que modificou completamente a tragédia da exclusão social no país.

*Gráfico 07: Brasil evolução da taxa de pobreza sem assistência e previdência social em 1978 e 2008*

Fonte: Ibge (Elaboração Ipea, 2010)

Toda essa construção das bases do Estado de bem estar social vem sendo fortemente atacada, pela primeira vez desde a Constituição federal de 1988, pelo condomínio de interesses neoliberais que sustentam o governo Temer. O documento divulgado pelo Banco Mundial reforça ainda mais o mesmo sentido da desconstrução da moderna dinâmica da economia social no Brasil, com o desmonte do Estado de bem estar social e a corrosão do emprego público no país.

### **Desconstituição do emprego público**

O emprego público tal como se conhece a sua evolução desde a década de 1930 sofreu uma profunda inflexão desde a adoção da terceirização nas chamadas atividades meio. Com a maior flexibilização do trabalho estabelecida pela terceirização nas atividades definidas como meio nos anos de 1990, o público sofreu importante alteração.

A externalização das funções internas do Estado transcorreu nas áreas não-finalísticas. Nesse sentido, o desaparecimento das tradicionais funções exercidas nas chamadas atividades meio do setor público como secretaria, segurança, limpeza, alimentação, transporte, entre outras.

Para tanto, o concurso público como meio oficial de emprego no setor público se converteu em licitação pelo menor preço para ocupar as atividades meio no setor público brasileiro desde então. Esse movimento inicial de desconstituição parcial do emprego público iniciado nos anos de 1990 ganhou maior impulso com a aprovação da lei que generaliza a terceirização e a nova CLT, a desconstituição do emprego público ganhou novo impulso. Isso porque as funções finalísticas do Estado poderão ser incorporadas ao processo de terceirização. Ao invés do concurso público, carreiras como as de professores, assistentes sociais, segurança, entre outras, poderão ser substituídas pela forma da licitação de menor preço, conforme experiências recentes em diversas prefeituras e governos estaduais.

Dessa forma, o esvaziamento da tradicional classe média assalariada no Estado tende a fortalecer cada vez



mais a ascensão da classe média proprietária dos micro e pequenos negócios. Sua presença nos processos licitatórios realizados no interior do setor público se verifica crescentemente na forma dos contratos de personalidade jurídica.

A mudança em curso na natureza do emprego público da mão de obra não representa, necessariamente, o retorno à situação vigente no Brasil até o início da década de 1930. Pela República Velha, destaca-se o papel do Estado na forma de um acessório do poder privado, com enorme instabilidade na ocupação pública, governado pelas oligarquias regionais.

Ainda que possa revelar alguma sintonia com as funções públicas provenientes do século XIX frente às possibilidades atuais que decorrem da reforma trabalhista que apontam para o abandono do sistema burocrático-meritocrático instituído em 1938 pelo antigo Departamento Administrativo do Setor Público (DASP), o papel do Estado parece ser de outra natureza. Destaca-se, por exemplo, que o sistema DASP transcorreu após a racionalização, a padronização e a centralização das funções estatais e das compras públicas introduzidas, respectivamente, pela [Comissão Permanente de Padronização](#), em 1930, pela [Comissão Central de Compras](#), em 1931, e pelo [Conselho Federal do Serviço Público Civil](#), em 1936.

Nos dias de hoje, a promoção governamental em torno da adesão no sistema neocolonial, com a desnacionalização dos ativos nacionais e subordinação da grande corporação transnacional, o Estado continuará a deter parcela significativa do excedente econômico gerado. O que o distancia, nesse sentido, da velha experiência do Estado mínimo vigente na República Velha.

Com parcela das funções públicas passa a ser objeto da exploração econômica pelo setor privado, como na educação, saúde, segurança, assistência social, entre outros, por meio dos esquemas de concessão e privatização, o comprometimento da receita pública em atividade de custeio e investimento é aliviado consideravelmente. Dessa forma, o Estado torna-se cada vez mais central no financiamento e garantia da função do

rentismo financista de parte da sociedade brasileira para os próximos anos.

### **Considerações finais**

No final do século XIX, quando o modelo de transição antiga sociedade escravista para o modo de produção capitalista foi estabelecido, prevaleceu a tese da elite agrarista de que o atraso nacional decorreria da composição racial da sociedade brasileira. Em função disso, a sociedade capitalista foi constituída pelo projeto de branqueamento que implicou enorme imigração branca e exclusão da população negra e miscigenada das oportunidades abertas desde a década de 1890.

Nos dias de hoje, guardada a devida proporção, o condomínio privilegiado de interesses que sustentam o governo Temer adota equivalente cantilena ao propagar que o Brasil somente sairá da grave situação nacional pela redução dos gastos públicos não financeiros. Com isso, o segmento majoritário dos brasileiros que forma a base da pirâmide social vem sendo excluída das políticas públicas diante do desmoronamento do Estado de bem estar social.

No século XIX, o atraso da elite agrarista apegava-se às teses racistas que vinham da Europa. Nos dias de hoje, a elite neoliberal agarra-se nas teses do ajuste injusto defendido pelo Banco Mundial.

## **S URUBUS DO BANCO MUNDIAL ESTÃO DE VOLTA. E DAÍ?**

Reginaldo C. Moraes

Essa não é a primeira vez que os Estados Unidos ou instituições multinacionais muito influenciadas pelos norte-americanos convencem-se de que possuem a chave para o progresso e o desenvolvimento de todos esses países cabeçudos, e por isso mesmo atrasados. Na década de 1950, o Banco Mundial procurou condicionar seus empréstimos ao estabelecimento, nos países tomadores, de alguma forma de planejamento econômico global. Nos anos 1960, a Aliança para o Progresso incentivou com todo empenho os países latino-americanos a realizar

reformas agrária e fiscal - sendo que esta última, na época, significava impostos mais severos para os ricos. Mas nunca os latino-americanos ouviram mais sermões e repreensões do que nos anos 1980, desta vez segundo linhas muito diferentes: tratando das virtudes do livre mercado, da privatização e do investimento privado externo e dos perigos da direção e intervenção governamental, bem como da tributação excessiva, sem falar do planejamento.

Albert O. Hirschman, *Auto-subversão*.

Se você leu texto acima, de Hirschman, deve ter pensado que estamos diante de um retorno dos que nunca foram. E tem certa razão. O Banco Mundial e seu irmão gêmeo, o FMI, nasceram de um acordo dos donos do mundo, em Bretton Woods, no final da segunda—guerra. O acordo já dançou, ninguém mais o leva a sério. Mas os filhotes continuam, como cadáveres adiados que procriam, como diria Fernando Pessoa. Como bons vampiros, sobrevivem apenas em ambientes tenebrosos e se alimentam do sangue dos mortais comuns.

Para quem leu os relatórios, estudos e sermões do BM nos últimos 40 anos, o documento recém-divulgado, sobre o Brasil, está longe de trazer qualquer novidade. E repete o mesmo estilo de sempre – verdades mais ou menos óbvias diluídas em gráficos engenhosos, baseados em cálculos misteriosos e malandros. Tudo para embasar conclusões que já estavam prontas, porque faziam parte da encomenda. Não é a análise que leva às receitas, como querem simular. Ao contrário: a conclusão, pré-concebida, orienta a manipulação da análise.

O “ajuste justo” do BM tem um aparente escorregão de sinceridade quando expõe as regras do aperto. Dizem os sábios que o ajuste das contas poderia ser feito pelo lado das receitas (de quem o estado recolhe grana) ou pelo lado da despesa (com quem ele gasta a grana). Um calafrio deve ter percorrido a coluna

vertebral de alguns dos padrões: pelo amor de Deus, disso não devemos falar! Mas foi rápido o desconforto. E bem encenado. O relatório do BM descarta imediatamente qualquer discussão sobre receitas – reforma tributária, cobrar mais de quem ganha mais? Isso é coisa para algum momento do futuro – se futuro houver. E para os nobres representantes do povo no Congresso. Nós, os sábios do Banco, vamos discutir o gasto ou, melhor, o desperdício. Aquilo que chamamos de desperdício.

Há receitas para todos os setores da economia e outros colaboradores desta publicação sobre elas se debruçam. Neste rápido comentário, vamos pinçar, apenas, algumas das pérolas que nossos sábios expelema respeito da educação, requentando sermões antigos de Washington.

O grande achado dos moços é este: o governo brasileiro gasta muito e gasta mal na educação. Não diga! Quem sabe tenhamos a mesma opinião, não é? Mais ainda:

"O principal achado de nossa análise é que alguns programas governamentais beneficiam os ricos mais do que os pobres, além de não atingir de forma eficaz seus objetivos"

Ora, ora, quem de nós duvidaria dessa afirmação, na sua generalidade?

Bem, a diferença começa quando detalhamos a coisa. Certamente os estudiosos do BM sabem que capitalismo é algo que concentra renda e riqueza. Não são tolos. Alguns deles, pelo menos, pensam que a ação das políticas públicas deva reduzir tais disparidades, de modo a evitar desastres humanitários e explosões políticas. Mas, preventivamente, declaram que não vão tocar nas políticas tributárias regressivas, nos impostos sobre heranças, nas despesas "secundárias", isto é, nos juros da dívida pública que fazem a alegria de bancos e rentistas.

"outra alternativa seria, em vez de cortar seus gastos, o governo Brasileiro deveria aumentar suas receitas

tributárias e reduzir os altos pagamentos de juros sobre sua dívida pública"

Isso é coisa para algum momento, depois do Juízo Final. Afinal, já tem gente pensando nisso (e que gente!) e, por isso, vamos deixar de lado: "Uma reforma tributária separada e mais ambiciosa está sendo discutida atualmente no Congresso Brasileiro.". Tá certo, "os homi" lá do Congresso vão tocar esse barco. Que bom!

Por enquanto, os sacerdotes do BM vão identificar nossos pecados, recomendar penitências e preparar a salvação de nossas almas, intoxicadas pelo populismo irresponsável e gastador. Amém.

O esbanjamento aparece logo na Constituição, aquele entulho legal que não cabe no orçamento: "A obrigatoriedade constitucional de se gastar 25 por cento das receitas tributárias em educação contribui para que tais municípios aumentem os gastos por aluno de forma mais acelerada."

É isso! "Municípios mais ricos, com alta taxas de receita corrente líquida por aluno, tendem a ser bem menos eficientes que municípios mais pobres". A pobreza disciplina os administradores. Ao que tudo indica, a disponibilidade de recursos faria inventar despesas para além do necessário. Jogar dinheiro pelo ralo: "para cumprir as regras constitucionais, muitos municípios ricos [são] obrigados a gastar em itens que não necessariamente ampliem o aprendizado". Essa Constituição é um estimulante para o desperdício. Deve ser por isso que municípios como São Paulo distribuem champanhe na merenda escolar. E dão Ipods e Iphones para os descamisados se distraírem durante as aulas.

Para reduzir despesas sem prejudicar a qualidade dos serviços, os administradores do sistema educativo devem ter mãos livres para chicotear professores e funcionários

das escolas. As receitas são claras, no documento. Uma delas é o “aumento da razão aluno-professor”, com o adendo particularmente curioso: isso deve ser feito “nas escolas mais ineficientes”. Mas o chicote não para por aí. Como professores e funcionários da rede pública já vivem na cultura da malandragem e dos privilégios, é preciso “reduzir o absenteísmo”, abolindo “leis permissivas que concedem licenças por muitos motivos não verificáveis”. E novas regras devem “registrar ausências e presenças” e viabilizar a “aplicação de ameaças de demissão”. Ao lado do chicote, uma cenourinha: a distribuição de “bônus por frequência” e prêmios por desempenho e disciplina. O amor é lindo.

Uma outra receita, mais do mesmo, é a “contratação de empresas privadas para o fornecimento de serviços de educação”. Mais ainda? Sim, mais, o que privatizamos ainda não foi suficiente. O relatório chega a sugerir uma receita norte-americana conhecida pelas fraudes e ineficiências: “escolas charter provavelmente teriam mais flexibilidade para gerir seus recursos humanos”. E isso, dizem eles, está baseado na seleção das “melhores práticas” internacionais. As escolas charter, o reino do desperdício e da iniquidade ianque.

Como não poderia deixar de ser, seguindo a tradição de montanhas de “estudos” e relatórios do Banco, acumulados em décadas de produção “sábia”, o chicote maior fica para o ensino superior. É verdade que volta e meia esses mesmos sábios despejam arenga sobre o papel estratégico desse ensino, na badalada “sociedade do conhecimento”. Só que... bem, no lado sul do Equador não é bem assim. Também não é novo. Um falecido ex-ministro

da Educação já viera com essa pregação: ensino superior avançado e aprendizado da pesquisa são algo do passado desenvolvimentista, a era da globalização exige outra coisa, adequação da força de trabalho local às exigências das cadeias globais que nos governam de fato. Ele não poderia ser mais claro na pregação e na prática que adotou. Não por acaso, foi o ministro que depredou o sistema federal de ensino – universidades e escolas federais.

Em suma, nesse item o relatório do BM é claro: vamos cortar severamente os gastos com ensino superior. Para vender o peixe com sabor atraente, atacam pelo argumento “justiça social”. O ensino superior beneficia, sobretudo, os estudantes de renda superior. Os pobres nem chegam lá. Principalmente no ensino superior público. Curiosamente, os números parecem incomodar a análise – desde 2006, sobretudo, as universidades federais tem feito notável esforço para incluir os estudantes provindos de escolas públicas e de famílias de baixa renda.

Como dissemos, os números parecem incomodar nossos sábios. Mesmo os números que eles exigem e sobre os quais pouco refletem, Numa passagem do relatório, dizem: "Em 2002, nenhum estudante universitário fazia parte dos 20% mais pobres da população e somente 4% integravam o grupo dos 40% mais pobres. Em 2015, aproximadamente 15% dos estudantes do ensino superior estavam no grupo dos 40% mais pobres.”.

Vejam só, houve um salto, mesmo nos indicadores deles – uma multiplicação por 4 no índice de inclusão, em doze anos. Ora, a Andifes faz censos anuais dos ingressantes há pelo menos 15 anos. E eles revelam que hoje cerca de 60% dos estudantes das federais são originários de famílias pertencentes aos 40% mais pobres. E frequentaram escolas públicas durante o ensino médio.

Políticas de cotas, mudanças nos critérios de ingresso, descentralização das instalações, ampliação de cursos noturnos foram produzindo tais resultados. Lentos, é verdade, mas gigantescos se pensamos na história pregressa. Pois justamente quando o sistema começa a se abrir para baixo vem a receita de... cobrar anuidades “dos que podem”. Isto é, nossos sábios querem “aprimorar a inclusão”.

E para ajudar a política de desmonte das universidades federais (alvo predileto), vem anexado o argumento da “eficiência”. O aluno das federais “custa” mais do que os estudantes das escolas privadas. Estas são mais “eficientes”. Todos sabem, até por mera intuição, que um curso de medicina custa 4 vezes mais do que um curso de direito, administração ou pedagogia. No confronto com engenharias a proporção é 1 por 3. Passa-se por alto que dois terços das matrículas nas escolas privadas estão concentrados precisamente nessas áreas baratas. E que elas têm pouca pós-graduação e pesquisa – que ampliam gastos com laboratórios, equipamentos, razão aluno-professor, etc. Isso não importa. A comparação, tosca como ela é, serve para dar autoridade “matemática” à receita já aviada: privatizar, privatizar, privatizar.

Qual a relevância do estudo do BM para a formulação de nossas políticas públicas. Francamente? Nenhuma – ou muita. Não ser funcionar como um carimbo de “autoridade científica” badalada por uma imprensa subalterna e desmiolada. Qualquer bula papal de antanho, calcada em ortodoxia auto-demonstrada, tem mais consistência do que esses “estudos”. Como as bulas papais e as sentenças dos juízes, esses papéis do BM vêm rotulados como a voz da verdade – daí sua relevância para a propaganda. De fato, porém, não são mais do que a voz dos donos, aqueles



donos retratados na frase de Hirschman com que abrimos este rápido comentário.

## O QUE FALTA NO RELATÓRIO DO BANCO MUNDIAL

J. Carlos de Assis

O estudo do Banco Mundial - mais de 200 páginas, várias dezenas de colaboradores - foi encomendado com o propósito de que fosse feita uma análise abrangente do orçamento público brasileiro e avaliada a eficácia dos gastos orçamentários do país. Entretanto, dedicou não mais que umas duas linhas às despesas com juros da dívida pública, de longe a rubrica orçamentária mais pesada e com eficácia economicamente nula em termos de financiamento de infra-estrutura e de serviços públicos, recomendando por fim um super-ajuste fiscal de 5% do PIB por anos.

Isso não surpreende, na medida em que a tecnocracia do Banco Mundial está dominada por ideologia neoliberal, não obstante o fracasso absoluto, desde 2009, de suas recomendações e as de seu irmão gêmeo, o Fundo Monetário Internacional, em políticas públicas, inclusive em grande parte da Europa. Portanto, os dados orçamentários relevantes para o Brasil não são encontrados nesse relatório, mas nas bases de informações obrigatórias do próprio Governo, o qual, por razões também ideológicas, esconde ao máximo informações relativas a suas despesas de juros.

A síntese do relatório, em termos de recomendação de política, como mencionado, é a estimativa de um superávit primário de 5% do PIB para estabilizar a dívida pública no médio prazo. Em valores de hoje, isso significaria a retirada R\$ 875 bilhões de recursos reais da economia em favor dos especuladores financeiros, que estariam livres para mandar esse dinheiro para o exterior ou para continuar

acumulando-o na dívida pública num processo exacerbado de “financeirização” que estrangularia renda e emprego dos trabalhadores e da classe média do país indefinidamente.

Ao lado dessa infâmia, o Banco Mundial sequer menciona a possibilidade de queda da taxa de juros básica - que se aplica sobre maior parte da dívida pública -, no caso de vir a ser gerenciada por um Governo financeiramente eficiente. Ao contrário, concentra-se nas recomendações na redução dos custos da Previdência, usando uma linguagem ambígua perfeitamente aceitável de redução de privilégios dos ricos, porém para cortar benefícios também de pobres, sabendo que a primeira terá resistências políticas mas a última não.

O lado absolutamente enviesado do relatório, espelhado na ausência da consideração dos juros da dívida pública, equivale a uma chancela à política monetária obscena que o país pratica há anos, desde que o neoliberalismo se instalou aqui, ainda sem formalização, no início dos anos 90. A justificação para o absurdo são as leis do mercado financeiro, todas superiores à própria autoridade pública. O mercado, dizem, determina a taxa de juros, e a concorrência livre entre os bancos e financeiras determinam o mercado.

Não seria o caso de o Banco Mundial, com sua autoridade, proclamar que é a política monetária que determina o mercado, mediante expansão ou contração da disponibilidade do dinheiro, e não o contrário? Acaso a taxa de juros de zero por cento nos Estados Unidos, Europa e Japão, no esforço de confrontar a crise de 2008, não foi uma determinação expressa da política monetária, e não a expressão da “concorrência” no mercado de dinheiro? Certo, os banqueiros não gostam de uma política monetária independente, controlada pelo governo. Querem, sim, banco central independente, que eles controlam.

É espantoso que os autores do relatório infame do Banco Mundial não tenham se apercebido dos números relacionados com o custo da dívida pública brasileira. No

ano passado, os juros - fora amortização - alcançaram R\$ 407 bilhões, depois de terem chegado a R\$ 560 bilhões em 2015. Esses recursos cobririam na prática todos os custos do sistema de seguridade social, mesmo com as deficiências distributivas que ele apresenta. Caso essas deficiências sejam sanadas, o sistema seria altamente superavitário se houvesse redução substancial do custo da dívida pública.

Por que o Banco Mundial não toca nesse assunto? Simplesmente porque as agências multilaterais que ajudamos a sustentar, o próprio Banco Mundial e o FMI, foram capturadas ora pelos ideólogos neoliberais do Primeiro Mundo, ora pelos próprios banqueiros internacionais. Na verdade, se o Brasil voltar a ter uma política econômica soberana, acredito que a primeira providência a tomar deveria ser romper com essas agências comandadas pelo sistema financeiro privado ocidental e atrelar-se ao sistema asiático, através do BRICS, neste caso sob autoridades públicas, escapando das condicionalidades políticas que costumam nos impor, inclusive a obsessão neoliberal no Estado mínimo e da privatização exacerbada.

Se não toca no tema da “financeirização” do Estado através da política monetária e fiscal, o relatório do Banco Mundial é generoso nas ameaças implícitas caso a reforma dos gastos públicos que ele propõe com cortes generalizados de direitos não for implementada. Caso não seja realizado o superávit primário de 5% para estabilizar a dívida, “os resultados serão a perda de confiança dos investidores (nacionais e internacionais), a desvalorização da taxa de câmbio e o aumento da inflação”. Em outras palavras, o Brasil, manietado pelo mercado, perdeu definitivamente a soberania nos termos colocados implicitamente pelo Banco Mundial. E independentemente do fato de que tenhamos consideráveis reservas internacionais para suportar eventuais ataques especulativos além de instrumentos heterodoxos de

proteção externa, como o controle do movimento de capitais.

Entretanto, houve um tempo em que o Banco Mundial desempenhou um papel desenvolvimentista. Os 25 anos do pós-guerra foram considerados a era de ouro do capitalismo e ele desempenhou esse papel. A desgraça veio nos anos 80 para cá. O banco se tornou instrumento do neoliberalismo, arrastando os países para o desastre em lugar de facilitar sua recuperação. Não obstante a gigantesca crise de 2008, cujas conseqüências ainda se arrastam no ocidente, ele foi incapaz de patrocinar políticas keynesianas de retomada, insistindo nas estúpidas, ineficientes e desumanas políticas de ajuste fiscal. Na essência, o Banco Mundial se tornou um braço operacional da “financeirização” em favor dos países ricos, e que mantém grande parte da economia mundial (fora a Ásia) em profunda contração.

O relatório considera “justa” a reforma proposta pelo Governo pois atingiria “principalmente os subsídios concedidos a trabalhadores que recebem acima de três salários mínimos”. Estes são considerados privilegiados, independentemente do valor de sua contribuição para o sistema público, já que o propósito implícito é o de ampliar o espaço para a previdência privada complementar. Além disso, em outros trechos, ataca diretamente o princípio legal do direito adquirido, o que deveria aplicar-se também aos sistemas subnacionais, numa forma orquestrada que tem total cobertura da grande mídia.

A esse propósito, a manchete escandalosa da Folha deste último sábado afirmou que o gasto dos Estados e municípios com aposentadorias e pensões superará a dívida pública em 75 anos. O jornal, citando cálculos de Paulo Tafner (instituto Insper) apresentados a Temer e seus denunciados por corrupção na última quarta-feira, no Alvorada, por Marcos Lisboa, chegou a extrema estupidez de tomar um fluxo estimado de pagamentos futuros dos benefícios previdenciários estaduais, estimado

impropriamente em 85% do PIB, com o estoque da dívida atual (73%).

Há distorções nos sistemas previdenciários, o federal e os estaduais. Contudo, o ponto central dessas distorções não tem sido atacado. Aposentadorias e pensões escandalosamente elevadas, em comparação com as dos comuns dos mortais, são pagas principalmente pelo Judiciário e o Legislativo a seus privilegiados. O relatório do Banco Mundial sobre o gasto público menciona esses privilégios, porém com uma ênfase particularmente atenuada em suas críticas no que diz respeito aos interesses dos verdadeiramente ricos. Aqui ressalta também sua omissão no que diz respeito à principal fonte de desequilíbrio financeiro dos Estados, a saber, remessas financeiras que eles tem que fazer anualmente ao Governo federal para bancar uma dívida tecnicamente infundada.

A ideologia da dívida previdenciária estadual “impagável” aparece coincidentemente junto com o relatório do Banco Mundial ao lado de um “estudo” encampado por ideólogos como Marcos Lisboa, em seu neoliberalismo exacerbado. Aí se toma como referência para uma política pública atual um horizonte de tempo de 75 anos. Isso seria idiota, não fosse, na realidade, a cobertura cínica para uma posição ideológica. Na verdade, esse raciocínio tosco parte da idéia de que o Brasil está condenado a ser presidido por Temer, Henrique Meirelles e acolitado pelo próprio Lisboa nos próximos 75 anos, durante os quais teremos um crescimento zero do PIB, ou contração permanente. Nesse tempo, continuaremos tendo uma taxa básica de juros estratosférica, inibidora do investimento e principal instrumento da concentração de renda.

A sociedade brasileira terá de se livrar dessa direção política a curto prazo, pois, pelo que se conhece de história, ela não se conformará com uma economia estagnada para sempre, o que representará perdas continuadas de emprego e de renda. Certamente que há riscos. Nos Estados Unidos e na Alemanha dos anos 30, ambas com

taxas de desemprego globais similares à brasileira atual (24%), a mesma reação que gerou Roosevelt e seu New Deal regenerador, gerou o Novo Plano alemão de Adolf Hitler, ambos de grande eficácia na geração de empregos – mas um reforçando a democracia, outro o totalitarismo.

A hipótese Tafner/Lisboa, que está na mesma linha do relatório do Banco Mundial, é uma infâmia do ponto de vista técnico. Politicamente, serve ao propósito de empurrar goela abaixo da população uma reforma previdenciária tosca, privatizante, voltada essencialmente para a redução dos prazos de aposentadoria para homens e mulheres, e antecipando o que será exigido dos governadores e municípios caso seja emplacado o plano federal. Assim como o relatório do Banco Mundial, de forma desonesta, tenta provar que o déficit público decorre do déficit previdenciário, o que é falso, a idéia que Tafner/Lisboa tentam passar é que a crise financeira dos Estados se deve à previdência estadual.

Também isso é falso. A crise financeira dos Estados se deve à acumulação desde 1997 de pagamentos por conta de dívida que lhes foi imposta indevidamente pelo Governo federal. Dessa dívida nula, originalmente de R\$ 111 bilhões em moeda de hoje, foram pagos R\$ 207 bilhões, restando a pagar R\$ 476 bilhões. Inacreditavelmente, é a manipulação dessa dívida, com adiamentos e pequenas concessões, que está permitindo a Meirelles impor a privatização de patrimônios estaduais a seus governos, independentemente do interesse público, como é o caso da Cedae e até mesmo as universidades estaduais no Rio de Janeiro.

A nulidade da dívida dos Estados decorre da própria forma de sua constituição. A origem foram débitos mobiliários junto a bancos comerciais estaduais que o Governo federal, seguindo instruções do FMI, obrigou a que fossem privatizados junto com a própria privatização dos bancos estaduais. Nesse processo, os débitos estaduais foram transferidos aos bancos privados, pelo valor de face,

e pagos, pelo valor de face, pelo Governo federal, em títulos públicos. Ora, numa federação, entende-se esse pagamento como definitivo. Os contribuintes de todos os Estados devedores pagaram sua dívida assumindo o pagamento em títulos. Por isso, não fazia nem faz sentido que pagassem a “dívida” de novo, como vem acontecendo de forma impositiva.

Existe, portanto, uma ampla orquestração contra o sistema previdenciário público do Brasil, tanto em nível nacional quanto sub-nacional, o qual faz da crise uma escusa oportunista para a chilenização do sistema previdenciário brasileiro. Na essência, trata-se do propósito de “financeirização” da Previdência, repetindo a fracassada experiência do primeiro movimento neoliberal do mundo que foi levado às últimas conseqüências no Chile, e fracassou.

O Banco Mundial deveria saber disso. E provavelmente sabe. Entretanto, ele não se comporta como uma instituição pública mas como uma instituição do mercado. É nesse papel que produziu, com suas dezenas de colaboradores vendidos ao sistema privado, o relatório sobre o gasto público no Brasil. No caso dos Estados, se os governadores atuais não reagirem por pusilanimidade, espera-se que essa questão seja colocada em pauta por forças progressistas nas eleições para governador em 2018. O que está pendente não deve ser pago; e o que foi pago indevidamente deve ser restituído. O montante necessário para isso, em dois anos, é muito inferior ao que Henrique Meirelles reservou para pagar juros da dívida pública neste ano, ou seja, R\$ 159 bilhões. Para isso basta reduzir, com uma política monetária inteligente, a taxa básica de juros para perto de zero por cento, como ensinam os países ricos do ocidente e também os países orientais.

\*Jornalista, economista político, professor aposentado de Relações Internacionais.

**ASCENSÃO E QUEDA DA  
IDEOLOGIA NEOLIBERAL  
Luiz Gonzaga Belluzzo**

**No início dos anos 1990, sob a égide das chamadas políticas “estruturais”, o Banco Mundial dedicou-se a pressionar os países da periferia com os aconselhamentos do Consenso de Washington. Em sua maioria vitimados pela crise da dívida externa da década de 1980, os periféricos ingressaram em um período de “reformas”.**

Em artigo apresentado na conferência *From the Washington Consensus, Towards a New Global Governance* realizada em Barcelona, ' John Williamsom, o corifeu do Consenso, apresentou sua avaliação dos resultados:

1. *Disciplina Fiscal.* Na região, todos os países apresentavam grandes déficits fiscais que levaram a crises dos balanços de pagamentos e elevadas taxas de inflação. A inflação afetou principalmente os pobres porque os ricos mandaram dinheiro para fora.
2. *Reordenar as prioridades do gasto público.* Transferir o gasto para o crescimento e para o atendimento dos mais pobres, reduzindo os subsídios aos mais ricos, concedidos à educação, saúde e infraestrutura. A disciplina fiscal não deveria estar apoiada exclusivamente no corte de gastos; muito ao contrário, a intenção era estritamente neutra em relação ao tamanho do setor público.



3. *Reforma tributária.* O propósito era combinar uma ampliação da base monetária com alíquotas marginais moderadas.
4. *Liberar as taxas de juros.* Eu gostaria de ter formulado essa proposta de um modo mais amplo, incluindo recomendações a respeito da velocidade de sua implementação e a adoção de medidas prudenciais.
5. *Uma taxa de câmbio competitiva .* Tropecei no *wishful thinking* ao imaginar que havia consenso para assegurar uma taxa de câmbio competitiva, o que essencialmente implicava em um regime intermediário entre taxa fixa e flutuação pura. Washington estava largamente inclinada a admitir os regimes extremos.
6. *Liberalização comercial.* Eu tinha conhecimento de que havia uma diferença de opiniões a respeito da velocidade da abertura comercial, mas todos estavam de acordo quanto a necessidade de implementar essa medida.
7. *Liberalização da conta de capital para o investimento direto estrangeiro.* Não incluí entre as propostas uma liberalização ampla da conta de capitais, porque não acreditava que isso fosse angariar consenso em Washington.
8. *Privatização.* Essa foi a ideia neoliberal que obteve amplo consenso. Também foram consideradas as formas que presidiram as privatizações. Elas foram conduzidas em processos eivados de corrupção que transferiram ativos

para uma elite por uma fração muito abaixo de seu valor. Mas tudo indica que a privatização traz mais vantagens do que prejuízos.

9. *Desregulamentação.* Visava reduzir as barreiras à entrada e saída das empresas dos negócios e não abolir as regras destinadas à proteção do meio ambiente ou impedir o governo de intervir nos preços dos setores não-competitivos.

10. *Direitos de propriedade.* A proteção dos direitos de propriedade está comprometida sobretudo em proporcionar ao setor informal da economia acesso à propriedade a custos moderados.

***As palavras de ordem do “novo consenso” eram abertura comercial, liberalização das contas de capital, desregulamentação e “descompressão” dos sistemas financeiros domésticos - com liberalização da taxa de juros - reforma do Estado, incluída a privatização de empresas públicas e da seguridade social, abandono das políticas “intervencionistas” de fomento às exportações, à indústria e à agricultura. As políticas industriais e de fomento coordenadas pelo Estado foram lançadas no rol dos pecados sem remissão.***

No artigo mencionado acima, o corifeu John Williamson inverte as relações de determinação entre a derrocada fiscal dos anos 80 e a crise do balanço de pagamentos. Foi o colapso do endividamento externo “neoliberal” dos anos 70 que desatou a desordem fiscal e monetária dos anos 80, a década perdida.

O financiamento em moeda estrangeira dos projetos elencados no II PND engendrou a fragilização financeira das empresas públicas e privadas. Constrangidas pelo Ministro Mário Henrique Simonsen a se enfiar no descasamento de moedas, as empresas estatais, mais do que as privadas, foram abalroadas pelo choque de juros desatado em Washington em 1979. O início dos anos 80 foi marcado por uma abrangente socialização dos prejuízos mediante a estatização das dívidas, as máxidesvalorizações, o “aperfeiçoamento” da indexação financeira e a deformação da riqueza privada, concentrada na dívida pública protegida contra a aceleração da inflação.

A desorganização financeira e fiscal que se seguiu à crise da dívida externa forneceu combustível para alastrar as chamas da purificação mercadista. Ainda hoje, os economistas do consenso liberal-conservador apontam o “estatismo” do II PND como responsável pela crise da dívida externa. Calam-se e tratam de esconder os erros crassos cometidos em nome da abertura financeira e de seus “mercados eficientes”.

O apelo à liberalização geral e irrestrita do Consenso de Washington nos anos 90, explicitava o fim do “Outro Consenso” em torno do objetivo comum do desenvolvimento fundado na industrialização. Entre as camadas dominantes, o dissenso neoliberal iria incluir o desconforto com o reconhecimento dos direitos sociais e econômicos consagrado na Constituição Cidadã de 1988. A dificuldade de se reconstituir, em novas bases, um objetivo

compartilhado foi agravada pelo enfraquecimento da capacidade coordenadora de um Estado financeiramente prostrado diante da crise fiscal e monetária e dos programas impostos pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e pelo Banco Mundial.

***No Brasil, o desenvolvimentismo foi alvejado por maldições e imprecações. O liberalismo à brasileira sempre combinou a rejeição (de todos os liberais) às intromissões da política na economia com a profunda e mal dissimulada desconfiança na capacidade nativa de alcançar por conta própria as conquistas da sociedade industrial e de seus padrões modernos de convivência***

Ao longo do período dito desenvolvimentista, o Estado constituiu formas superiores de organização capitalista, consubstanciadas 1) num sistema financeiro público e 2) em grandes empresas estatais, replicando sob forma própria as experiências do “capitalismo organizado” das industrializações avançadas. Até a crise externa de 1980, a coordenação entre Estado e Setor Privado conferiu ao capitalismo brasileiro retardatário a condição da economia mais desenvolvida entre os países da Periferia. O setor produtivo estatal - num país periférico e de industrialização tardia - funcionava como um provedor de externalidades positivas para o setor privado: 1) O investimento público era o componente "autônomo" da demanda efetiva (sobretudo nas áreas de energia e transportes) e corria à frente da demanda corrente; 2) as empresas do governo ofereciam insumos generalizados (energia, aço, não-ferrosos) em condições

e preços adequados; e, 3) começavam a se constituir - ainda de forma incipiente - em centros de inovação tecnológica. A celebrada Embrapa nasce dessa concepção de desenvolvimento

**O sistema de bancos públicos e os programas de crédito dirigido dos bancos privados garantiam o abastecimento de recursos para o setor privado, aí incluído o financiamento de capital de giro para as pequenas e médias empresas. O crédito de longo-prazo para a infraestrutura e para o investimento industrial era provido a taxas subsidiadas pelo BNDES. O Finame sustentava o financiamento para a comercialização de bens de capital.**

**Depois da bem-sucedida estabilização de 1994, os "reformistas liberais" brasileiros apoiaram sua estratégia em cinco pontos: 1) a estabilidade de preços criou condições para o cálculo econômico de longo prazo, estimulando o investimento privado; 2) a abertura comercial imporia disciplina competitiva aos produtores domésticos, forçando-os a realizar ganhos substanciais de produtividade; 3) as privatizações e o investimento estrangeiro removeriam os gargalos de oferta na indústria e na infraestrutura, reduzindo custos e melhorando a eficiência; 4) a liberalização cambial, associada à previsibilidade quanto à evolução da taxa real de câmbio, atrairia "poupança externa" em escala suficiente para complementar o esforço de investimento doméstico e para financiar o déficit em conta corrente; 5) o gotejamento da renda promovida pela acumulação de riqueza na camadas superiores - auxiliada pela ação das políticas sociais "focalizadas" - seria a forma mais eficiente de reduzir a desigualdade e eliminar a pobreza.**

***Na verdade, a privatização desarticulou os mecanismos acima mencionados de governança e de coordenação estratégica da economia brasileira. Os celebrados efeitos da privatização sobre a eficiência da economia não se concretizaram. Senão vejamos: 1) a indexação das tarifas e preços das empresas privatizadas produziu um aumento expressivo dos custos dos insumos de uso generalizado e; 2) o investimento em infraestrutura passou a correr atrás da demanda, gerando pontos de estrangulamento; 3) as grandes empresas "exportaram" os seus departamentos de P&D e os escritórios de engenharia reduziram dramaticamente seus quadros; 4) e iniciativas importantes, como o Centro de Pesquisas da Telebrás, foram praticamente desativadas.***

#### ***A China e o Consenso de Washington***

***As lideranças chinesas entenderam perfeitamente que as políticas liberais recomendadas pelo Consenso de Washington não deveriam ser "copiadas" pelos países emergentes. Também compreenderam que a "proposta" americana para a economia global incluía oportunidades para o seu projeto nacional de desenvolvimento.***

***Nas últimas três décadas, a China executou políticas nacionais de industrialização ajustadas ao movimento de expansão da economia “global”. As lideranças chinesas perceberam que a constituição da “nova” economia mundial passava pelo movimento da grande empresa transnacional em busca de vantagens competitivas, com implicações para a mudança de rota dos fluxos do comércio. Os chineses ajustaram sua estratégia nacional de industrialização acelerada às novas realidades da concorrência global e às vantagens domésticas da oferta ilimitada de mão de obra.***

***O chamado “modelo chinês” tem uma relação simbiótica com as transformações financeiras e organizacionais que deram origem às novas formas de concorrência entre as empresas dominantes da tríade desenvolvida, Estados Unidos, Europa e Japão. A metástase do sistema empresarial desse trio, particularmente dos Estados Unidos e do Japão, determinou uma impressionante mutação nos fluxos de comércio.***

***Não se trata apenas de reafirmar a importância crescente do comércio intrafirmas, mas de destacar o papel decisivo do global sourcing, fenômeno presente, sobretudo, nas estratégias de deslocalização e de investimento que, desde a década dos anos 90, beneficiaram as economias asiáticas, a China em particular.***



***Ao longo dos últimos 30 anos, os chineses tiraram proveito da “abertura” da economia ao investimento estrangeiro. Mas foram as estratégias nacionais que definiram as políticas de absorção de tecnologia com excepcionais ganhos de escala e de escopo, adensamento das cadeias industriais e crescimento das exportações. Jamais imaginaram que sua escalada industrial e tecnológica pudesse ficar à mercê de uma abertura sem estratégia ou apenas na dependência da oferta ilimitada de mão de obra.***

***Por isso, a China cresceu mais e exportou ainda melhor. Conseguiu administrar uma combinação favorável entre câmbio real competitivo e juros baixos, acompanhada da formação de redes domésticas entre as montadoras e os fornecedores de peças, componentes, equipamentos, sistemas de logística.***

***A ação estatal cuidou, ademais, dos investimentos em infraestrutura e utilizou as empresas públicas como plataformas destinadas a apoiar a constituição de grandes conglomerados industriais preparados para a batalha da concorrência global.***

***Não é difícil perceber que as estratégias chinesas de expansão acelerada, impulso exportador, rápida incorporação do progresso técnico e forte coordenação do Estado foram inspiradas no sucesso anterior de seus vizinhos, sobretudo o Japão e a Coreia.***

***Os sistemas financeiros que ajudaram a erguer os antecessores da China eram relativamente “primitivos” e especializados no abastecimento de crédito subsidiado e barato às empresas e aos setores “escolhidos” como prioritários pelas políticas industriais. O círculo virtuoso ia do financiamento para o investimento, do investimento para a produtividade, da produtividade para as exportações, daí para os lucros e dos lucros para a liquidação da dívida.***

***Na contramão das recomendações do Banco Mundial e de seu Consenso de Washington, a experiência chinesa combinou o máximo de competição, a utilização do mercado como instrumento de desenvolvimento, e o máximo de controle das instituições centrais da economia competitiva moderna: o sistema de crédito, a política de comércio exterior, a administração da taxa de câmbio, os mecanismos de fomento à inovação científica e tecnológica. Os bancos públicos foram utilizados para dirigir e facilitar o investimento produtivo e em infraestrutura.***

***O sistema financeiro desempenhou a função de orientar de forma centralizada a trajetória do desenvolvimento econômico. Funcionou como um mecanismo de alocação de capital para os setores prioritários, aqueles mais ajustados à maximização da taxa de investimento e ao adensamento das cadeias de valor.***

O desenvolvimento econômico chinês é um caso explícito de simbiose entre o Estado e a iniciativa privada. O Estado planeja, financia em condições adequadas, produz insumos básicos com preços baixíssimos e exerce invejável poder de compra. Na coordenação entre o Estado e o setor privado

está incluída a “destruição criativa” da capacidade excedente e obsoleta mediante reorganizações e consolidações empresariais, com o propósito de incrementar a “produtividade” do capital.

A iniciativa privada dá vazão a uma voraz sede de acumulação de capital através de investimentos em ativos tecnológicos, produtivos e comerciais. Não há espaço para o rentista, devidamente desestimulado a canalizar sua sede de lucros para *investimentos socialmente estéreis*. Na China o *rentier* não precisa de eutanásia. Títulos públicos têm remuneração discreta. Os mercados de capitais são regulados para evitar supervalorizações (e super depreciações) de ativos. O controle do fluxo de capitais especulativos garante a independência da política monetária e a estabilidade do yuan. As verdadeiras oportunidades de lucros extraordinários estão nos investimentos que geram inovações, que adensam a cadeia produtiva, que criam empregos. Não há espaço para investimentos *socialmente estéreis*.

### **O Brasil Hoje**

Depois de liderar - até meados dos anos 70 - a "perseguição" industrial entre os países ditos periféricos, com forte atração de investimento direto na manufatura, o Brasil caiu para a Série B do torneio global das economias "emergentes".

A vitória do Plano Real sobre a hiperinflação não impediu que a execução do plano cobrasse uma conta salgada.

Insufladas pelo primitivismo das “aberturas” comercial e financeira dos anos 90 recomendadas pelo Consenso, a taxa Selic real média de 24% ao ano e a valorização cambial ministraram extrema-unção à indústria brasileira. A infeliz agoniza.

***No debate em curso sobre a situação brasileira atual, há quem faça pouco da desindustrialização. A participação da indústria brasileira no PIB caiu de 35,8% em 1984 para 15,3% em 2011. Em 2014 escorregou para 13%. O leitor poderá comparar o índice brasileiro com os indicadores de alguns países, segundo dados da ONU de 2010: China, 43,1%; Coreia, 30,4%; e Alemanha, 20,8%. Aquela queda seria natural se decorresse dos ganhos de produtividade obtidos ou difundidos pelo crescimento da própria indústria, como ocorreu em países de industrialização madura, como os Estados Unidos (13,4%). Mas não foi isso o que se observou no Brasil.***

***Desde o crepúsculo dos anos 70, no momento em que ocorria a revolução tecnológica da informática, dos contêineres e da automação, companheiras da intensa redistribuição da capacidade produtiva manufatureira entre o centro e os emergentes, a indústria brasileira ficou para trás.***

***Ao seguir a trilha das recomendações do Consenso de Washington, Brasil encerrou os anos 90 com uma regressão da estrutura industrial, ou seja, não acompanhou o avanço e a diferenciação setorial da indústria manufatureira global e, ademais, perdeu competitividade e elos nas cadeias que conservou.***

**Chamam a atenção os déficits em produtos químicos, bens de capital mecânicos, equipamentos de rádio, tevê e comunicação e veículos automotores. O resultado global do comércio exterior foi superavitário em 29,8 bilhões de dólares em 2011 (40 bilhões em 2006), graças ao extraordinário saldo em commodities agrícolas e minerais, de 78,5 bilhões de dólares (46,4 bilhões em 2006). Mas o superávit seria transformado em déficit de 4 bilhões em 2014, quando o saldo de commodities recuou para 59,5 bilhões.**

**Nos anos 2000, bafejado pelas energias da expansão sino-americana, o País foi abalroado não só pela demanda chinesa de commodities, mas também pelo crescimento elástico do comércio global de manufaturas.**

**No auge da bolha de crédito universal, nossa indústria “pegou uma beirada” na festança global. A balança comercial brasileira ilustra os altos e baixos da indústria de transformação: em 2006, nas culminâncias do crescimento sino-americano, o saldo do setor era positivo em 29,8 bilhões de dólares. Em 2011, cinco anos depois, o resultado foi negativo em 48,7 bilhões. Já em 2014, o déficit da indústria de transformação subiria a 63 bilhões de dólares.**

**A valorização da taxa de câmbio real (nesse caso, na contramão do Consenso de Washington), a privatização das empresas produtoras de insumos e serviços fundamentais e a elevação da carga tributária golpearam a indústria, o investimento e as exportações.**

***Fica claro que, na esteira do malfadado Consenso de Washington, a falsa inserção competitiva da economia brasileira está cobrando o seu preço. Falsa, porque as políticas dos anos 90 entendiam que bastava expor a economia à concorrência externa e privatizar para lograr ganhos de eficiência micro e macroeconômica. Percorremos o caminho inverso dos asiáticos, que abriram a economia para as importações redutoras de custos.***

***A dilaceração das cadeias produtivas pelo "real forte" e a estagnação dos investimentos só serão reparadas com o aumento dos gastos na formação da nova capacidade, sobretudo, nos setores novos e intensivos em tecnologia. Isto vai demandar, sim, o exercício do "animal spirits" dos dirigentes empresariais, a centralização do capital, agora disperso em empresas sem a escala requerida para participar do atual estágio da concorrência global e a elevação do gasto autônomo do Estado.***

***O salto de escala e tecnológico das indústrias brasileiras não vai ocorrer sem políticas adequadas que combinem a ação dos bancos públicos com a constituição de um mercado de capitais. A experiência histórica demonstra que isso exige a constituição de bancos universais de grande porte, rigorosamente regulados e supervisionados, capazes de desenvolver instrumentos financeiros destinados para o crédito de longo prazo.***

***O esperado efeito "acelerador" decorrente desse arranjo vai dinamizar os setores já existentes, cuja "proteção" não deve ser concedida sem contrapartidas de desempenho nas exportações, na inovação tecnológica e na substituição de importações. A economia mundial está diante de capacidade de oferta excedente em quase todos os setores e isso vai tornar ainda mais acirrada a conquista de mercados.***



**No início dos anos 90, o Consenso de Washington recomendou com ênfase políticas de abertura da conta de capitais No Brasil e, sobretudo, na Argentina, a abertura financeira inflou os passivos externos e a dívida pública e facilitou as aquisições de empresas locais em todos os setores. O resultado foi a fragilização do balanço de pagamentos, a crescente imobilização da política fiscal e a subordinação da política monetária à alternância de otimismo e pessimismo nos mercados globais.**

**Depois do colapso do câmbio semifixo de 1999, o Brasil, adotou o câmbio flutuante. A âncora nominal, neste caso, ficaria por conta do regime de metas de inflação e do superávit primário. A experiência recente demonstra, no entanto, que a dependência do financiamento externo engendra miniciclos de euforia, seguidos de forte instabilidade cambial. O regime flutuante não logrou reduzir a volatilidade e muito menos evitar choques cambiais.**

**O Banco Central não recuperou a liberdade de guiar a taxa de juros de modo a permitir que a economia nacional possa evoluir num ambiente favorável à expansão do crédito, ao investimento, ao endividamento das famílias e das empresas.**

**Nos dias de hoje, a abertura das contas de capital e a descompressão financeira inverteram as determinações do balanço de pagamentos. São os movimentos especulativos e de arbitragem das massas de capital monetário que, afetando a taxa de câmbio nominal, determinam os resultados em conta corrente. No imediato pós-Guerra, período da repressão financeira, a conta de capital era um resíduo que “fechava” os déficits na conta de mercadorias e serviços.**

***No admirável mundo novo, de ajustamentos rápidos e alta volatilidade de preços dos ativos, países dotados de moedas frágeis, com desprezível participação nas transações internacionais, encontram-se diante do risco de uma procissão de desgraças: valorização indesejada da moeda local, operações de esterilização dos efeitos monetários da expansão das reservas (explosão da dívida pública), déficits insustentáveis em conta corrente e finalmente crises cambiais e financeiras.***

***Em um sistema internacional “regulado”, como o desenhado em 1944, em Bretton Woods, as regras do jogo eram as seguintes: taxas fixas, mas ajustáveis, de câmbio, limitada mobilidade de capitais e cobertura de déficits em transações correntes atendida por uma instituição pública multilateral.***

***Em sua concepção original, o FMI deveria funcionar como um provedor de liquidez aos países com desequilíbrio de curto prazo no balanço de pagamentos. O artigo VII de seus estatutos, a chamada cláusula da “moeda escassa”, previa a adoção de controles cambiais em situações de agudo desequilíbrio do balanço de pagamentos.***

***Câmbio e juros, nesse sistema, eram preços-âncora, cujas relativas estabilidade e previsibilidade eram vistas como essenciais para a formação das expectativas dos possuidores de riqueza envolvidos nas decisões de produção e investimento.***

***P.S. Sempre a serviço das classes dominantes, a rede Globo apoiou-se no relatório ficcional do Banco Mundial durante uma semana para se associar ao Governo e outros empresários na defesa da reforma da Previdência. É a falácia superposta a outra falácia em detrimento do povo.***

***Esse “modo de regulação” tinha um duplo objetivo: construir um sistema monetário realmente internacional, favorável à expansão do comércio entre as nações, e impedir que condicionantes ou choques externos passassem a comandar a política econômica doméstica e a definir a trajetória das economias nacionais.***